

NOVAS PERSPECTIVAS SOBRE O ‘CALCANHAR METODOLÓGICO’: O ENSINO DE MÉTODOS DE PESQUISA EM CIÊNCIA POLÍTICA NO BRASIL

LORENA GUADALUPE BARBERIA
SAMUEL RALIZE DE GODOY
DANILO PRAXEDES BARBOZA

RESUMO

Neste artigo, examinamos a evolução do ensino de métodos e técnicas de pesquisa nos cursos de pós-graduação em Ciência Política no Brasil com o objetivo de discutir os avanços e desafios. Utilizando um banco de dados sobre o ensino de métodos e técnicas de pesquisa nos programas de pós-graduação em Ciência Política de 1998 a 2012, mostramos que houve um avanço considerável na oferta de disciplinas metodológicas vis-à-vis as grades curriculares dos programas no Brasil ao longo do período observado. Porém, verifica-se concentração da oferta de disciplinas em algumas instituições e relativa estagnação no número médio de disciplinas de métodos e técnicas de pesquisa oferecidas. Concluímos que o perfil de formação dos quadros docentes e o projeto pedagógico dos cursos, bem como a aderência entre um e outro, são os principais determinantes dessa tendência.

PALAVRAS - CHAVE

Métodos; Ciência Política; formação; ensino; pesquisa.

NEW PERSPECTIVES ON THE ‘ACHILLES’ HEEL’ OF METHODS: THE TEACHING OF RESEARCH METHODS IN POLITICAL SCIENCE IN BRAZIL

ABSTRACT

In this article, we examine the evolution of the teaching of research methods in graduate studies in Political Science in Brazil. Using a database of course syllabi on research methods and techniques in graduate programs in Political Science from 1998 to 2012, we show that there has been considerable progress in the teaching of methods across programs over the observed period. However, the number of courses is concentrated in few courses and there is a relative stagnation in the average number of disciplines offered per department. We conclude that the training profile of faculty and the pedagogical project of programs are the main determinants of this trend.

KEYWORDS

Methods; Political Science; education; teaching; research.

SOBRE OS AUTORES

LORENA GUADALUPE BARBERIA

Lorena G. Barberia é professora doutora do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo. No Departamento de Ciência Política da USP, ela é responsável por ministrar disciplinas de métodos quantitativos no curso de graduação em Ciências Sociais e no curso de pós-graduação em Ciência Política.

Contato: lorena.barberia@gmail.com.

SAMUEL RALIZE DE GODOY

Samuel Ralize de Godoy é mestre em Ciência Política (2015) pela Universidade de São Paulo e bacharel em Ciências Sociais (2011) pela Universidade de São Paulo. É pesquisador júnior do Centro de Estudos da Metrópole (CEM), onde desenvolve pesquisa sobre políticas públicas urbanas. Como estagiário do Programa de Aperfeiçoamento do Ensino (PAE), participou da reformulação do programa didático da disciplina de métodos e técnicas de pesquisa em Ciência Política para a graduação em Ciências Sociais.

Contato: samuel.ralize@gmail.com.

DANILO PRAXEDES BARBOZA

Danilo Praxedes Barboza é atualmente aluno de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de São Paulo. Possui graduação em Ciências Sociais e Mestrado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo e em Comunicação Social pela Universidade de Santo Amaro. Desenvolve pesquisas nas áreas de instituições políticas brasileiras, comportamento eleitoral, corrupção eleitoral e ensino e pesquisa em Ciência Política.

Contato: danilo.barboza@usp.br .

SUBMETIDO EM

Setembro de 2015.

APROVADO EM

Novembro de 2015.

Não há, talvez, período tão dinâmico e importante na Ciência Política quanto o presente. Recentemente, a disciplina tem atravessado um período de inovação teórica e metodológica e esse dinamismo também teve importantes repercussões no ensino de pós-graduação nos programas mais importantes e com tradições mais fortes no mundo. Ainda que especialistas tenham também mostrado que a Ciência Política brasileira padece de uma ausência de métodos e de rigor em sua produção científica (Soares 2005), os programas que formam mestres e doutores na disciplina no Brasil também têm participado dessa onda internacional e essa participação está aumentando com a inserção cada vez maior da ciência política brasileira em foros internacionais. Nosso objetivo neste artigo é analisar como os programas nacionais têm reformado seus currículos para corrigir as falhas históricas que têm sido apontadas na formação de alunos em métodos e técnicas de pesquisa científica, sobretudo os quantitativos. Nossa hipótese é de que a diversificação da oferta de formação em metodologia é endógena à institucionalização e ao crescimento dos programas de pós-graduação: em sua origem, os programas possuem menos docentes e discentes, bem como suas grades curriculares são mais restritas; com o tempo, os programas tendem a crescer em número de docentes e discentes e “ganham” novas disciplinas metodológicas (principalmente em virtude do crescimento do número de docentes).

Utilizando um banco de dados sobre o conteúdo dos programas de pós-graduação em Ciência Política no Brasil de 1998 a 2012, mostramos que houve um avanço numérico considerável na oferta de disciplinas metodológicas vis-à-vis as grades curriculares dos programas de pós-graduação do País. Mostramos¹ que o avanço da oferta de disciplinas metodológicas é, antes de tudo, um efeito direto da expansão dos programas de pós-graduação em Ciência Política no Brasil: o surgimento de novos programas em regiões distantes dos grandes centros populacionais do Sudeste foi acompanhado pela oferta de um arcabouço de disciplinas que tratam de metodologia de pesquisa. Por outro lado, a maioria dos programas oferece disciplinas básicas ou gerais, com uma reduzida oferta de disciplinas em análise de modelos formais e em técnicas de pesquisa qualitativa. Concluímos que o perfil de formação dos quadros docentes e o projeto pedagógico dos cursos, bem como a aderência entre um e outro, são os principais determinantes desta tendência. En-

1 Versões preliminares deste trabalho foram apresentadas e discutidas no IV Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP (2014) e no VI Seminário de Sociologia e Política da UFPR (2015). Os autores agradecem os comentários cuidadosos de Adrián Gurza Lavalle, Rogério Bastos Arantes, Emerson Urizzi Cervi, Carolina Requena, Graziella Testa, Jaqueline Buckstegge, Sergio Simoni Jr. e demais colegas participantes dos eventos. Agradecemos também as contribuições dos pareceristas anônimos desta revista.

tretanto, não ignoramos o fato de que a oferta de disciplinas específicas é apenas um dos aspectos da formação metodológica oferecida pelos programas de pós-graduação, que também inclui atividades extracurriculares, seminários, participação em grupos de estudo e núcleos de pesquisa e sessões de orientação entre docentes e discentes.

O artigo se desenvolve ao longo de quatro seções, além desta introdução e das conclusões. A primeira seção apresenta a revisão do que a literatura nacional conhece e apontou acerca dos problemas da Ciência Política brasileira, ressaltando os argumentos da aversão dos estudantes a métodos quantitativos, da formação falha de pesquisadores e do caráter fraco da metodologia de nossa produção científica, que ocasionam aquilo que Gláucio Soares chamou de nosso “calcanhar metodológico” (2005). É apresentada também uma síntese do que a literatura internacional tem apontado sobre o ensino de métodos de pesquisa nos Estados Unidos, Europa, Oceania e América Latina, com o objetivo de estabelecer alguns parâmetros de comparação entre a Ciência Política no mundo e o caso brasileiro. A segunda seção apresenta os dados analisados dos programas de pós-graduação em Ciência Política no Brasil, e mostra a evolução numérica dos programas e da oferta geral de disciplinas metodológicas. A terceira seção é dedicada a analisar os tipos de disciplinas metodológicas oferecidas pelos programas de pós-graduação no Brasil, destacando-se a grande quantidade de disciplinas com ementas “genéricas” (que não indicam a abordagem metodológica específica, ou abordam mais de um tipo) e a predominância de disciplinas quantitativas de nível introdutório. A quarta seção discute os dados apresentados e propõe hipóteses que expliquem o cenário delineado. Finalmente, as conclusões arrematam argumentos e propõem tarefas para uma agenda de pesquisa sobre a formação metodológica em Ciência Política.

2 - A DISCUSSÃO SOBRE METODOLOGIA NA CIÊNCIA POLÍTICA BRASILEIRA E MUNDIAL

Desde a autonomização da Ciência Política nos anos 1960 no Brasil, a preocupação metodológica tem estado na primeira linha da evolução da disciplina². Como diz um dos renomados fundadores da disciplina no País, Fábio Wanderley Reis, o objetivo era o de desenvolver uma ciência que desse conta dos “fundamentos lógi-

2 Para a contextualização sobre o desenvolvimento da Ciência Política no Brasil, ver Reis (1996), Forjaz (1997) e Keinert e Silva (2010). Cabe destacar que duas instituições foram pioneiras no processo de autonomização da Ciência Política nacional, a saber, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Essas instituições promoveram, financiadas principalmente pela Fundação Ford, a realização de grandes projetos de pesquisa no País e patrocinaram o intercâmbio entre os pesquisadores nacionais com profissionais e instituições acadêmicas dos EUA.

cos da aceitação ou rejeição de hipóteses ou teorias” (1996:95), e que apresentasse rigor, sistematicidade e permitisse a cumulatividade do conhecimento.

No entanto, barreiras foram erigidas contra o avanço dessa corrente. De acordo com Reis, “dificilmente se poderia pretender que a perspectiva ‘científica’ tenha chegado a amadurecer efetivamente e a constituir-se em real ortodoxia no Brasil” (1996:96). Reis argumenta que duas correntes se contrapuseram a esse movimento: de um lado, um grupo de pesquisadores que acusaram essa perspectiva “científica” de estar comprometida com a direita política, devido à predominância nessas discussões dos autores e instituições estadunidenses, assim como as vinculações existentes com entidades privadas estrangeiras; de outro lado, pesquisadores com apego à tradição humanista das Ciências Sociais, que pregaram serem os métodos quantitativos pouco efetivos para entender fenômenos sociais e humanos, muito complexos e multivariados.

Gláucio Soares (2005) afirma que houve como resultado uma relativa hostilidade de alguns pesquisadores em relação à adoção de métodos quantitativos de pesquisa. Um segundo desdobramento deste conflito resultou em uma ênfase da disciplina em produzir Ciência Política enfatizando métodos de pesquisa qualitativos como mais apropriados para a análise de fenômenos complexos. Este debate, porém, teve um resultado ainda pior de acordo com Soares, que indica a ausência de métodos e de rigor nos livros, artigos, teses e dissertações produzidos por pesquisadores da área.

As sérias dificuldades das Ciências Sociais brasileiras no que diz respeito à sua inscrição nos parâmetros científicos internacionais também é ressaltada por Reis (1996), o qual destaca que os trabalhos se concentram em descrições históricas limitadas, ou a relatos de caráter jornalístico dos eventos recentes (em certo sentido, de caráter “detetivesco”, com o objetivo de “revelar o oculto”), deixando de lado as regularidades que possam ser observadas nos fenômenos analisados. Reis complementa indicando que a tendência a descrições narrativas e relatos observada nos trabalhos em Ciências Sociais são, para além do desconhecimento dos métodos de pesquisa, evidência da carência de “domínio adequado da simples lógica” (1996:102).

Existe consenso tanto para Soares (2005) como para Reis (1996) de que parte importante das deficiências verificadas na consolidação das Ciências Sociais como campo autônomo advém da “pobreza da formação teórico-metodológica que rece-

bem correntemente nossos cientistas sociais” (Reis 1996:94)³. Soares também concorda que a principal causa da precariedade na produção acadêmica em Ciência Política brasileira se deve às deficiências existentes na formação dos estudantes na graduação e pós-graduação no ensino de métodos e técnicas de pesquisa.

Essas deficiências também são estudadas nos Estados Unidos, Europa e América Latina (Altman 2005, 2012; Bennett et al. 2003; Fuentes e Santana 2005; Leiras et al. 2005, 2015; Loaeza 2005; Parker 2010; Thies e Hogan 2005). De acordo com Andrew Bennett et al. (2003), ao analisar o currículo dos trinta principais departamentos de Ciência Política nos Estados Unidos no final dos anos 1990, a média de oferta de cursos de metodologia de pesquisa é de oito por instituição, se verificando no entanto ampla variação na sua oferta, indo de dois cursos com essa temática em Princeton a 16 na Universidade de Illinois. Conforme os dados obtidos pelos autores, a maior ênfase é dada aos cursos de métodos quantitativos (55%), vindo em seguida os cursos de modelos formais (29%) e métodos qualitativos (16%). A média de cursos de metodologia requeridos aos estudantes dos departamentos observados é de apenas três, variando de nenhum em Berkeley a sete em Illinois.

Cameron G. Thies e Robert E. Hogan (2005), ao analisar uma amostra mais ampla de 303 departamentos de Ciência Política e Ciências Sociais nos Estados Unidos em 2003, identificam que cursos de metodologia de pesquisa são requeridos em somente 46.8% dos programas de doutorado, sendo maior a exigência desses cursos em nível de bacharelado e mestrado (60.8% e 78.7%, respectivamente). Esse quadro ainda é mais significativo tendo em vista o segundo achado dos pesquisadores, qual seja, o de que os departamentos com menos recursos, a partir da proporção alunos/docente, são os que mais requerem cursos de metodologia de pesquisa. Outro dado relevante observado pelos autores é o interesse dos departamentos em oferecer cursos de metodologia de pesquisa aos estudantes na graduação e pós-graduação em Ciência Política: 63.3% dos programas que não requerem formação de metodologia de pesquisa indicam que não têm previsão de adotar essas disciplinas em um futuro próximo, enquanto apenas 5.5% dos programas indicaram interesse em adicionar esse requerimento em seus currículos em breve.

Já Jonathan Parker (2010), ao analisar o currículo de Ciência Política, Ciências Sociais e áreas correlatas em 195 instituições de ensino dos Estados Unidos e

3 Em certa medida, decorre também dessa lacuna de treinamento metodológico mais apurado a precária percepção sobre a profissionalização do campo. Segundo Reis, “é bastante claro que falta, nas circunstâncias do país, uma institucionalização mais adequada do campo das ciências sociais como campo de trabalho acadêmico” (1996:111). O problema da profissionalização se espelha na baixa expectativa dos estudantes de Ciências Sociais em relação à profissão, manifestado por estes na forma de um interesse difuso de obter com a graduação em ciências sociais “certa cultura”, uma formação complementar e um diploma.

303 universidades da Europa, Oceania e América⁴, indica que o quadro do ensino de métodos de pesquisa é muito mais dramático do que o apontado até então pela literatura. De acordo com o autor, em apenas 28% dos departamentos em Ciência Política nos Estados Unidos há a oferta de cursos obrigatórios de metodologia de pesquisa, sendo que o quadro se deteriora na medida em que avança do bacharelado ao doutorado (31% de obrigatoriedade no bacharelado, 27% no mestrado e apenas 25% nos programas de doutorado). Quando observados os casos dos países europeus, a exigência de formação em metodologia de pesquisa é maior em comparação aos Estados Unidos, Canadá e Austrália, com destaque para a Holanda (100% dos cursos exigem formação em metodologia), Suécia (79%) e Noruega (67%)⁵.

Com relação ao quadro do ensino de métodos de pesquisa na América Latina, a situação observada na região não é clara, na medida em que a Ciência Política ainda se encontra em fase de consolidação e profissionalização nesses países. Conforme propõe David Altman (2005), em apenas três países pode-se afirmar que a área de Ciência Política consiga satisfazer as exigências de institucionalização do campo científico (Argentina, Brasil e México), enquanto os demais ainda precisam percorrer longo caminho nesse sentido. Altman (2005; 2012) aponta para a necessidade de os países da América Latina, de forma geral, investirem mais recursos no desenvolvimento profissional e tecnológico na área, para se aproximarem dos países em que a disciplina é mais institucionalizada (Estados Unidos e países europeus). Observando o contexto argentino (Leiras, Medina e D'Alessandro 2005; 2015), chileno (Fuentes e Santana 2005) e mexicano (Loaeza 2005), a conclusão geral que perpassa essas análises é a de que é possível observar avanços significativos no ensino e no uso de métodos e técnicas de pesquisa nesses países, restando, no entanto, muito espaço para avanço. Os autores apontam, de forma consistente, que um dos principais desafios para todos os países da América Latina é o de promover a expansão do ensino de métodos e técnicas de pesquisa, com o objetivo de alcançar os padrões de pesquisa dos países líderes na área.

Apontados os problemas decorrentes da formação metodológica e na produção científica da Ciência Política brasileira, conforme observado por Reis (1996) e Soares (2005), e tendo em vista as principais questões apresentadas pela literatura internacional sobre o ensino de métodos de pesquisa na Ciência Política mundial,

4 Os países e a quantidade de universidades incluídos na pesquisa de Parker (2010) são, respectivamente: Austrália (30), Canadá (66), Finlândia (7), Holanda (8), Noruega (6), Suécia (14) e Reino Unido (172).

5 É importante observar que o quadro do ensino de métodos e técnicas de pesquisa na graduação e na pós-graduação em Ciência Política e áreas correlatas nos Estados Unidos e Europa pode ter se alterado substancialmente desde o trabalho de Parker (2010). Não encontramos, no entanto, novas pesquisas que tenham se dedicado a apresentar o contexto mais recente do ensino de métodos nesses países. Como tarefa futura desta agenda de pesquisa, cabe observar o quadro contemporâneo do ensino de métodos nos países da América do Norte e Europa, e promover uma comparação sistemática entre estes e os casos brasileiros e latino-americanos.

não se observou ainda, para o caso brasileiro, uma análise detalhada do que é efetivamente oferecido pelas instituições de ensino em termos de disciplinas, seminários e outros cursos de formação⁶ a seus alunos, de forma a permitir identificar se o ensino de métodos tem contribuído para superar os problemas apontados. É nessa frente que o presente artigo atua, não para esgotar o assunto, mas dando o primeiro passo para preencher essa lacuna.

3 - EVOLUÇÃO DOS PROGRAMAS E DAS DISCIPLINAS METODOLÓGICAS

No Brasil, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fundação vinculada ao Ministério da Educação, é responsável por, entre outras atribuições, autorizar o funcionamento dos programas de pós-graduação *stricto-sensu* (Mestrado e Doutorado) e promover sua avaliação de desempenho⁷. O sistema de avaliação compreende um acompanhamento anual e uma avaliação trienal do desempenho de todos os programas que integram o Sistema Nacional de Pós-Graduação, numa série de quesitos institucionais e de produção científica, mediante o envio de documentos pelos programas de pós-graduação⁸, o que inclui cadernos de indicadores detalhados sobre cada aspecto do programa – desde informações sobre quantidade de docentes e discentes, até sua produção científica recente. Ao final de cada triênio, a CAPES disponibiliza os cadernos de indicadores

6 Além de disciplinas e seminários, as universidades brasileiras têm promovido o desenvolvimento de cursos intensivos de métodos e técnicas de pesquisa de curta duração. Dois dos exemplos mais notórios nesse sentido são o Programa Intensivo de Metodologia Quantitativa (MQ), oferecido pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e a IPSA-USP Summer School in Concepts and Methods in Political Science, oferecida pelo Departamento de Ciência Política e pelo Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (USP) e pela Associação Internacional de Ciência Política (IPSA), que oferecem cursos de treinamento em conceitos, métodos e técnicas avançados.

7 Cabe assinalar também que a CAPES é, ao lado do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a principal agência de financiamento de pesquisas científicas e tecnológicas do País, oferecendo uma variada gama de bolsas de estudo e auxílios para pesquisadores no Brasil e no exterior.

8 A CAPES atribui uma nota de 1 a 7 a cada programa avaliado. Ver Portaria MEC nº 1.418, de 23 de dezembro de 1998. Essa nota fundamenta a deliberação do Conselho Nacional de Educação sobre os cursos que podem ser reconhecidos pelo Ministério da Educação para efeitos diversos, desde a validação de títulos e diplomas até a possibilidade de financiamento público, motivo pelo qual a avaliação da CAPES é a referência central dos programas, de suas áreas temáticas e das agências financiadoras para mensurar a qualidade da pós-graduação no País. Os programas com conceitos 1 ou 2 não são considerados “recomendados” pela CAPES, o conceito 5 é atribuído a programas com elevado padrão de qualidade e, finalmente, programas com conceitos 6 e 7 são considerados de excelência, tendo os últimos desempenho claramente destacado em relação a todos os demais em sua área. Os autores agradecem à Maria Raimunda dos Santos, secretária de pós-graduação do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, pelo auxílio fornecido na coleta dos dados utilizados neste trabalho.

e fichas de avaliação para acesso público em seu sítio eletrônico⁹. É dessa fonte que foram coletados os dados que fundamentam o presente trabalho.

Os programas de pós-graduação em Ciência Política estão inseridos na área de avaliação “Ciência Política e Relações Internacionais”, que inclui tanto programas de Ciência Política quanto de Relações Internacionais, Estudos Estratégicos, Políticas Públicas e outros. Para este artigo, foram selecionados somente os quinze programas de Ciência Política reconhecidos pela CAPES – ou, no caso do IUPERJ/UCAM, “Ciência Política (Ciência Política e Sociologia)”. Nos cadernos de indicadores desses programas, foram obtidas todas as relações nominais de disciplinas oferecidas por ano-base em cada programa de pós-graduação, de 1998 a 2012 (ou desde a primeira avaliação do programa, caso ele tenha sido criado após 1998). Esses documentos¹⁰ foram analisados, e seu conteúdo foi triado de forma a alimentar um banco de dados com as seguintes informações acerca de cada programa:

- Sigla da Instituição de Ensino;
- Ano-base;
- Número de disciplinas oferecidas no ano-base¹¹;
- Sigla e título das disciplinas metodológicas oferecidas no ano-base; e
- Nomes dos docentes responsáveis pelas disciplinas metodológicas.

Na relação de disciplinas oferecidas, aquelas com mais de uma turma foram contadas como somente uma disciplina. Entretanto, em alguns casos (com destaque para o programa da UERJ), algumas disciplinas tinham várias turmas com subtítulos e professores diferentes, claramente tratando de assuntos distintos e independentes um do outro. Nesses casos, cada turma foi contada como uma disciplina particular. Exceção é feita para as disciplinas de “orientação” ou “estágio”, que foram

9 Para ter acesso aos cadernos de indicadores e as fichas de avaliação de cada programa, basta acessar o endereço eletrônico <<http://www.capes.gov.br/cursos-recomendados>> e selecionar a opção de procura desejada (por área de avaliação, por nota ou conceito, por região ou instituição). Os dados disponíveis incluem até o ano 2012.

10Ver CAPES (2015).

11 Os cadernos de indicadores incluem todas as disciplinas registradas na grade curricular dos programas, inclusive as que não são oferecidas no ano-base. Nesses documentos, algumas disciplinas apresentam os nomes dos docentes responsáveis, enquanto todas as outras não contêm essa informação. Para diferenciar ambos os grupos, os autores confrontaram os cadernos de 2011 e 2012 da USP com a distribuição de disciplinas fornecida diretamente pelo Departamento de Ciência Política (DCP) da USP para os mesmos anos-base. 100% das disciplinas que mencionavam nomes de docentes responsáveis foram oferecidas segundo a distribuição fornecida pelo DCP-USP, enquanto 100% das demais disciplinas (sem referências aos docentes no caderno de indicadores) não foram oferecidas segundo a instituição. Realizada essa verificação, e tendo a Secretaria de Pós-Graduação do DCP-USP informado que os procedimentos de envio de dados à CAPES são os mesmos para todos os programas no País, os autores consideraram que, para todos os programas e todos os anos-base, disciplinas oferecidas são aquelas com menção aos docentes responsáveis no caderno de indicadores da CAPES, e disciplinas não oferecidas são aquelas que não contêm a menção aos docentes responsáveis no documento.

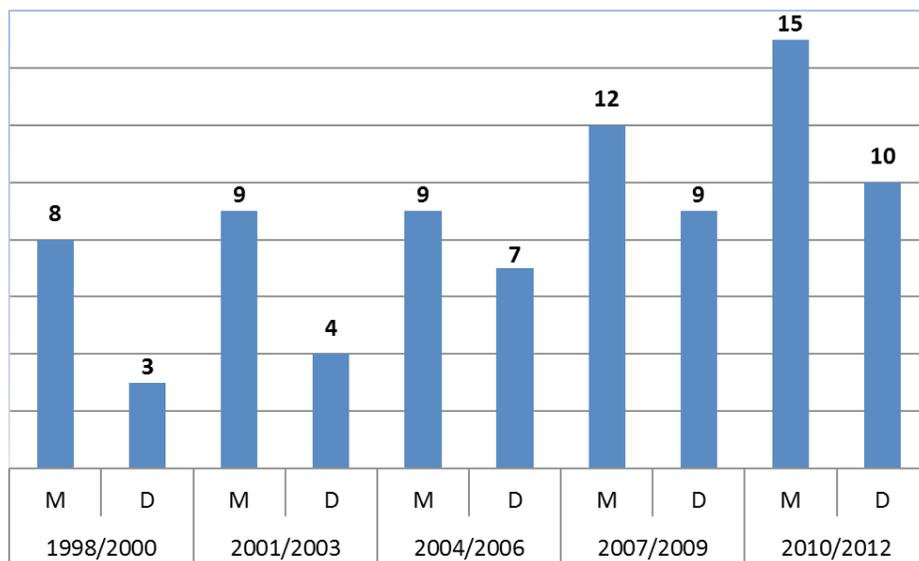
contadas como uma só disciplina em todos os casos.

Para diferenciar quais eram (e quais não eram) disciplinas metodológicas, foram consideradas como tais aquelas em cujas ementas constasse o objetivo de introduzir, ensinar ou apresentar métodos ou técnicas de pesquisa, independentemente da abordagem (quantitativa, qualitativa etc.) ou de cunho geral/específico sobre alguma técnica em particular. Não foram consideradas como metodológicas as disciplinas indicadas como cursos “substantivos”, voltados a um tema ou conjunto de temas em Ciência Política que não fosse o ensino de métodos e técnicas de pesquisa. É certo que em todas as disciplinas de pós-graduação existam aspectos formativos em metodologia de pesquisa; entretanto, foram selecionadas somente aquelas cujo objetivo principal fosse expressamente esse, e não concentrado na discussão ou transmissão de conhecimentos sobre temas substantivos em Ciência Política.

Também não foram incluídas no banco de dados as disciplinas do tipo “Seminário de Teses”, “Seminário de Dissertação”, “Estudos dirigidos” para elaboração de tese ou dissertação ou disciplinas equivalentes. A explicação para a não inclusão dessas disciplinas consiste no fato de que, apesar de oferecerem aos discentes a oportunidade de estruturar seus projetos de pesquisa e, eventualmente, transmitir conhecimentos sobre métodos e técnicas de pesquisa, elas não são primordialmente voltadas ao ensino de um método/técnica ou conjunto de métodos/técnicas de pesquisa, mas sim à elaboração e discussão de projetos individuais. Portanto, sua exclusão do âmbito da análise se dá muito mais pelo fato de que o treinamento em metodologia seja muito pouco mensurável por meio das ementas submetidas à CAPES do que pelo seu caráter substantivo, sugerindo-se a necessidade de uma futura investigação aprofundada sobre o perfil desse tipo de formação nos programas de pós-graduação em Ciência Política no Brasil.

Conforme os relatórios de avaliação trienal da CAPES para o período 1998-2012, destaca-se a ampliação do conjunto de programas de pós-graduação em Ciência Política no Brasil. O número de programas de mestrado praticamente dobrou, saltando de oito programas em 1998 para quinze ao final do período. O avanço é ainda mais significativo nos cursos de doutorado: havia apenas três programas em 1998 (IUPERJ, UFRGS e USP), mas ao final do período esse número já tinha mais que triplicado, passando a dez programas. De acordo com o último relatório de avaliação trienal realizado pela CAPES (2010/2012), os últimos três triênios observaram crescimento de 154% no número de programas de mestrado e 183% no doutorado, substancialmente acima da média da expansão no Sistema Nacional de

Figura 1 - Número de programas de Pós-Graduação em Ciência Política no Brasil, 1998 a 2012



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da CAPES (2015). Nota: “M” equivale a cursos de mestrado acadêmico, e “D” equivale a cursos de doutorado acadêmico.

Pós-Graduação (SNPG), que foi, respectivamente, de 42% e 65,1%¹². A Figura 1, acima, apresenta a evolução do número de programas a cada triênio, claramente confirmando uma tendência de aumento.

O último relatório de avaliação trienal evidencia que a expansão não se restringiu ao número de programas, mas também pode ser observada na quantidade de diplomados: no período de 2004 a 2012, registrou-se aumento de 310% no número de doutores diplomados, 45% de mestres e 104% de mestrados profissionais (levando em consideração todas as subáreas incluídas na área “Ciência Política e Relações Internacionais”). Nesse ínterim, alguns programas de Ciência Política entraram para o grupo de excelência (com notas 6 e 7 na avaliação da Capes): IUPERJ/UCAM, UFMG, UFPE e USP. A distribuição dos programas de Ciência Política reconhecidos pela CAPES e seus conceitos é apresentada pelo Quadro 1.

Como se observa, o conjunto de programas de Ciência Política é bastante diverso, apesar de relativamente pequeno. Assim como há programas mais novos,

¹²As avaliações trienais estão se referindo ao conjunto da área “Ciência Política e Relações Internacionais”. Documento disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/CI%C3%Aancia_Pol%C3%ADtica_doc_area_e_comiss%C3%A3o_21out.pdf>.

Quadro 1 - Pós-graduação em Ciência Política e conceitos
CAPES 2013

Sigla	Instituição	Nível	Início*	Conceito
FUFPI	Fundação Universidade Federal do Piauí	Mestrado	2008	3
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro	Mestrado Doutorado	2010	6
UFF	Universidade Federal Fluminense	Mestrado Doutorado	1994 2006	4
UFG	Universidade Federal de Goiás	Mestrado	2012	4
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais	Mestrado Doutorado	1969 2006	7
UFPA	Universidade Federal do Pará	Mestrado	2008	3
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco	Mestrado Doutorado	1982 2002	6
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas	Mestrado	2011	3
UFPR	Universidade Federal do Paraná	Mestrado	2009	4
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Mestrado Doutorado	1973 1996	5
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos	Mestrado Doutorado	2008	4
UNB	Universidade de Brasília	Mestrado Doutorado	1984 2008	5
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas	Mestrado Doutorado	1974 2006	5
USP	Universidade de São Paulo	Mestrado Doutorado	1974 1974	7
IUPERJ/ UCAM	Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro / Universidade Cândido Mendes	Mestrado Doutorado	1969 1980	N/D**

Fonte: CAPES (2015). *As datas de início dos programas são aquelas listadas nos cadernos de indicadores CAPES. **A nota do IUPERJ/UCAM não foi divulgada na avaliação trienal de 2013.

que oferecem somente cursos de mestrado e possuem conceitos 3 (FUFPI, UFPA, UFPEL) e 4 (UFG, UFPR), os demais oferecem cursos de mestrado e doutorado, possuindo conceitos 4 (UFF, UFSCAR), 5 (UFRGS, UNB, UNICAMP), 6 (UERJ, UFPE) e 7 (UFMG, USP). Inclui-se, ainda o programa do IUPERJ/UCAM, cujo conceito não consta na planilha oficial de notas da avaliação trienal de 2013 disponibilizada pela CAPES, mas que fora incluído no presente trabalho em função de

seu histórico¹³ de ter seus cadernos de indicadores disponíveis para todo o período 1998-2012 (com exceção de 2010).

Existe uma concentração regional da existência de programas de pós-graduação, muito embora nos últimos quinze anos tenha havido uma expansão para outras regiões. Sete programas concentram-se na região Sudeste, três estão na região Sul, as regiões Nordeste e Centro-Oeste possuem dois programas cada uma, e a região Norte possui apenas um programa. Entretanto, a distribuição geográfica dos programas não indica onde se oferece maior ou menor treinamento em métodos e técnicas de pesquisa. Para entender como essa oferta funciona, é necessário que (1) se observe a proporção de disciplinas metodológicas na grade oferecida por cada programa e (2) se analise o tipo de formação oferecida por essas disciplinas, através da leitura de suas ementas. Essas duas tarefas são objeto da seção a seguir.

4 - OFERTA DE DISCIPLINAS METODOLÓGICAS NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

Para verificar a oferta de formação metodológica nos programas ao longo do tempo, foi calculada a quantidade relativa¹⁴ de disciplinas metodológicas oferecidas por cada programa¹⁵, por ano-base. Em média, os oito programas existentes em 1998 (IUPERJ/UCAM, UFF, UFMG, UFPE, UFRGS, UNB, UNICAMP e USP) ofereciam um total de 12,4 disciplinas, das quais uma média de 1,5 era de metodologia. Em 2012, último ano da série¹⁶, a grade curricular dos já quinze programas (com a inclusão de FUFPI, UFPA, UFSCAR, UFPR, UERJ, UFPEL e UFG) possuía, em média, 14,5 disciplinas, das quais 1,67 eram de metodologia. A Figura 2 apresenta a evolução desses indicadores, bem como a da oferta relativa de disciplinas metodológicas (divisão do número de disciplinas metodológicas pelo total de disciplinas).

Como se pode observar, tanto a oferta geral de disciplinas (linha vermelha,

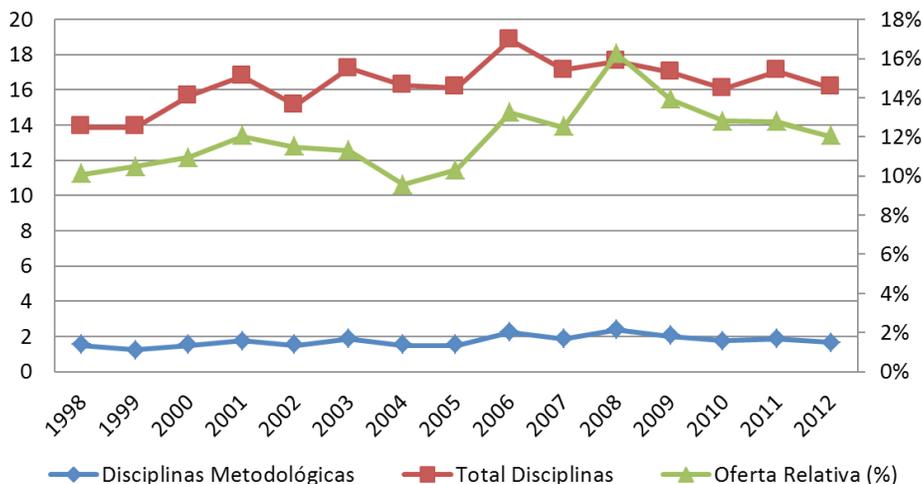
13 Em 2010, o IUPERJ/UCAM, cujo conceito era 7 (o máximo), passou por uma crise financeira que ocasionou a transferência de todos os seus docentes para a UERJ, cujo programa foi criado naquele momento e obteve conceito 6 na avaliação trienal de 2013. Assim, todos os professores do programa da UERJ são aqueles que anteriormente compunham o programa do IUPERJ/UCAM. Este, por sua vez, passou por uma reestruturação naquele mesmo ano e voltou a oferecer os cursos de mestrado e doutorado em Ciência Política em 2011. Entretanto, apesar de seus cadernos de indicadores estarem disponíveis para até 2012, esse programa não foi incluído nos resultados da avaliação trienal da CAPES em 2013.

14 A quantidade relativa de disciplinas metodológicas é obtida dividindo-se o número dessas pelo número total de disciplinas oferecidas num mesmo ano-base.

15 As tabelas com os indicadores de cada programa de pós-graduação encontram-se anexas ao final deste trabalho.

16 Os dados referentes a 2013, 2014 e 2015 não estavam disponíveis até o momento de publicação deste trabalho, visto que serão divulgados pela CAPES somente ao final do triênio.

Figura 2 - Média de disciplinas oferecidas, 1998 a 2012



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da CAPES (2015). Nota: O eixo vertical direito orienta a linha verde, que indica a oferta relativa de disciplinas metodológicas (%).

partindo do eixo vertical esquerdo) quanto a oferta relativa de disciplinas metodológicas (linha verde, referente ao eixo vertical direito, em porcentagem) aumentaram no tempo, apresentando oscilações durante o período analisado, com tendência de crescimento¹⁷ até 2008 e de diminuição depois de 2008. Levando em conta a expansão significativa de programas de pós-graduação ao longo deste período, não detectamos aumento significativo do ensino de métodos continua que continua sendo inferior a média das escolas congêneres norte-americanas ou europeias.

Quanto à formação oferecida no âmbito dessas disciplinas metodológicas, a análise partiu das ementas das disciplinas e sua posterior divisão em grupos por tipo de formação (grupo de abordagens ou técnicas específicas de pesquisa)¹⁸. Foram incluídas no grupo de “metodologia em geral” as disciplinas cujas ementas mencionassem o ensino de mais de um tipo de abordagem ou técnica, ou não permitissem compreender se de fato havia ou não um foco. Em sua maioria, essas ementas

17 Cumpre observar, ainda, que a oferta de disciplinas metodológicas não se tornou obrigatória em todos os programas de pós-graduação. Na USP, por exemplo, não é obrigatório cursar especificamente uma disciplina metodológica ou participar de cursos de formação extracurricular.

18 Para abranger os casos selecionados para desenvolver este artigo de maneira sistemática, trabalhou-se com o melhor dado existente possível, que corresponde às informações que baseiam o próprio acompanhamento anual da CAPES. Como tarefa futura nessa agenda de pesquisa, investigaremos mais a fundo a oferta de disciplinas pelos programas, recorrendo aos docentes por meio de entrevistas e coleta de documentos adicionais.

Quadro 2 - Disciplinas de metodologia em geral, 1998 a 2012

Instituição	Oferta	Título
IUPERJ/UCAM	2005	Metodologia e Pesquisa Social
IUPERJ/UCAM	2007	Metodologia e Desenho de Pesquisa
IUPERJ/UCAM	2009	Metodologia de Pesquisa em Ciências Sociais
IUPERJ/UCAM	2011 a 2012	Metodologia da Pesquisa Social I
IUPERJ/UCAM	2011 a 2012	Metodologia da Pesquisa Social II
UFMG	1998 a 2005	Metodologia
UFMG	2006 a 2012	Metodologia I
UFPE	2002, 2003, 2010 a 2012	Métodos e Técnicas de Pesquisa I
UFPE	2002, 2005, 2010 a 2012	Métodos e Técnicas de Pesquisa II
UFPE	2003 a 2012	Estudos Avançados de Metodologia de Pesquisa
UFPE	2011	Tópicos Especiais de Metodologia
UFRGS	1998 a 2003, 2006 a 2012	Epistemologia e Método em Ciência Política
UFRGS	2008 a 2009	Metodologia e Planejamento de Pesquisa
UNB	1998 a 2012	Metodologia de Pesquisa em Ciência Política
UNB	2008 a 2011	Metodologia de Pesquisa em Ciência Política II
UNICAMP	1999 a 2005	Metodologia em Ciência Política
UNICAMP	2006, 2008 a 2012	Metodologia de pesquisa em Ciência Política (A)
UNICAMP	2006, 2007	Metodologia de pesquisa em Ciência Política (B)
USP	2008	Tópicos Avançados em Ciência Política
FUFPI	2008 a 2012	Metodologia de Pesquisa em Ciência Política
UFPA	2008 a 2012	Metodologia de Pesquisa em Ciência Política
UFPR	2009 a 2012	Métodos em Ciência Política
UFPEL	2011 a 2012	Metodologia de Pesquisa em Ciência Política
UFG	2012	Métodos e abordagens em Ciência Política

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da CAPES (2015). Ver anexos do presente artigo.

discriminavam o ensino de desenhos de pesquisa em Ciência Política, introdução a ambas as abordagens quantitativa e qualitativa, ao mesmo tempo em que várias tratavam de noções de lógica da pesquisa científica e epistemologia. Entre a bibliografia indicada, havia livros sobre pesquisa social, metodologia quantitativa, metodologia qualitativa, estudos de caso e outros. Essas disciplinas são encontradas nos programas de uma série de instituições, desde os mais tradicionais até aqueles criados mais recentemente, na década de 2000. Seus títulos e anos de oferta são apresentados no Quadro 2.

O segundo grupo é o das disciplinas quantitativas. O IUPERJ/UCAM e a UERJ, que em 2010 herdou os professores do anterior, destacam-se pela vasta oferta nesse grupo e por oferecer disciplinas diferenciadas em relação às demais instituições: faz isso, por exemplo, ao incluir oferta de Álgebra, Econometria e métodos para análise de dados categóricos. Nesse sentido, destacam-se também UFRGS, por oferecer treinamento para tópicos avançados, UFMG, que ofereceu análise de dados de pesquisa por amostragem e USP, que ofereceu modelos para variáveis dependentes limitadas e análise multinível, disciplina ministrada em inglês por professor estrangeiro. A UERJ ofereceu, em 2011, seminários sobre apresentação de dados e uso de análise espacial – ao que parece, eventos mais curtos que disciplinas se-

Quadro 3 - Disciplinas de metodologia quantitativa, 1998 a 2012

Instituição	Oferta	Título
IUPERJ/UCAM	1998 a 2003	Metodologia: Introdução à Análise de Dados
IUPERJ/UCAM	1998	Análise combinatória e Álgebra booleana
IUPERJ/UCAM	2001	Introdução à Econometria
IUPERJ/UCAM	2003	Introdução à análise estatística
IUPERJ/UCAM	2004, 2005	Metodologia: Introdução aos Métodos e Análise de Dados
IUPERJ/UCAM	2004	Tópicos em Análise Quantitativa Aplicada
IUPERJ/UCAM	2006 a 2009	Introdução à Análise de Dados
IUPERJ/UCAM	2006 a 2009	Metodologia II - Análise de Regressão, Modelos Lineares e Outros Métodos
IUPERJ/UCAM	2009	Métodos Estatísticos para Análise de Dados Categóricos
UFF	1998 a 2004	Metodologia I
UFF	1998, 2001	Métodos Formais I
UFF	2005 a 2012	Metodologia em Pesquisa em Ciências Sociais
UFMG	2002	Análise de Dados de Pesquisa por Amostragem em Belo Horizonte
UFMG	2006 a 2012	Metodologia de Pesquisa
UFPE	1998 a 2001, 2004 a 2009	Métodos e Técnicas de Pesquisa I
UFPE	1998 a 2001, 2003, 2004, 2006 a 2009	Métodos e Técnicas de Pesquisa II
UFRGS	2002	Análise de dados
UFRGS	2009	Tópico Especial I - Métodos quantitativos avançados
UFRGS	2010	Tópico Especial II - Métodos quantitativos avançados II
UFRGS	2011	Seminário Temático V - Métodos quantitativos avançados I
UNB	2001	Métodos Quantitativos Aplicados à Ciência Política

Instituição	Oferta	Título
USP	1999 a 2001, 2003, 2005, 2008, 2009, 2012	Métodos Quantitativos (e Técnicas) em Ciência Política
USP	2011	Multilevel Analyses in Comparative Politics
USP	2012	Métodos Quantitativos de Pesquisa II: Análise de Variáveis Dependentes Limitadas
UFSCAR	2008 a 2012	Metodologia e Técnica de Pesquisa em Ciência Política
UFSCAR	2008 a 2010	Seminário Avançado de Análise de Dados
UERJ	2010, 2011	LEGO II: Tópicos em Análise de Dados Quantitativos
UERJ	2011, 2012	Metodologia Quantitativa
UERJ	2011	Seminário: Apresentação e visualização de dados
UERJ	2011	Seminário: Como empregar métodos de análise espacial para investigação
IUPERJ/UCAM	1998	Seminário Eleições 98
IUPERJ/UCAM	1998	Seminário Eleições 98: Sociedade, Competição Política e Escolha Eleitoral
IUPERJ/UCAM	2000	Introdução à análise política espacial
IUPERJ/UCAM	2000	Laboratório Eleições 2000
IUPERJ/UCAM	2002	Laboratório Eleições 2002
IUPERJ/UCAM	2004	Laboratório Eleições 2004
IUPERJ/UCAM	2005	Laboratório de Pesquisa e Análise sobre Competição Eleitoral
IUPERJ/UCAM	2006	Laboratório Eleições 2006 I e II
IUPERJ/UCAM	2008	Laboratório Eleições 2008 I e II
UFPA	2008 a 2010	Laboratório: Pesquisa em Eleições
UERJ	2010	Laboratório Eleições 2010
UERJ	2012	Laboratório Eleições 2012 (I e II)

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da CAPES (2015). Ver anexos do presente artigo.

mestrais, embora constassem no caderno de indicadores como disciplinas oferecidas. Também se verificou a existência de disciplinas dedicadas especificamente à análise das eleições e do voto, com a oferta de “laboratórios” de estudos e análises com dados quantitativos de eleições e votações. Nesse grupo, destaca-se a absoluta liderança do IUPERJ/UCAM até 2009 e da UERJ após 2010, já que foram os mesmos docentes a oferecer esse tipo de disciplina em toda a série analisada. A outra instituição com esse tipo de oferta foi a UFPA, do grupo de programas mais novos. As disciplinas de metodologia quantitativa são apresentadas pelo Quadro 3.

O terceiro grupo trata de outros tipos de disciplinas, que incluem teoria dos jogos e modelos formais, métodos comparativos, análises de redes e técnicas qualitativas, e é composto por disciplinas encontradas nas ementas de IUPERJ/UCAM,

Quadro 4 - Outras disciplinas, 1998 a 2012

Instituição	Oferta	Título
IUPERJ/UCAM	1998	Jogos legislativos
IUPERJ/UCAM	2003	Teoria dos Jogos e Análise Política: uma introdução
UFPE	2000, 2001, 2003 a 2010	Tópicos Especiais de Metodologia
USP	2006, 2007	Introdução a modelos formais
USP	2012	Introduction to Formal Political Theory
IUPERJ/UCAM	1999	Seminário de Pesquisa em Política Comparada
IUPERJ/UCAM	2000	Instituições políticas comparadas
IUPERJ/UCAM	2003	Política Comparada: Metodologia e Análise
UFPE	2012	Tópicos Especiais de Metodologia
USP	2008	Ciência Política Comparada
USP	2010, 2011	Metodologia da Política Comparada: Problemas e Técnicas de Pesquisa
IUPERJ/UCAM	2008	Laboratório de Redação de Artigos Acadêmicos
IUPERJ/UCAM	2008	Prática de Pesquisa e Métodos Qualitativos
UFMG	2006	Metodologia II
USP	2001, 2002, 2004, 2006, 2010	O estudo de caso: metodologia, técnicas e seu emprego na análise política
USP	2003, 2007, 2008	Introdução à Análise de Redes
UERJ	2011	Seminário: como escrever e publicar artigos

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da CAPES (2015). Ver anexos do presente artigo.

UERJ, UFMG, UFPE e USP. Trata-se de um grupo em que, somente com base nas ementas, não foi possível distinguir claramente entre “abordagem quantitativa” e “abordagem qualitativa”. O Quadro 4 apresenta essas disciplinas.

Apresentadas as disciplinas metodológicas dos programas brasileiros de pós-graduação em Ciência Política e a evolução numérica de sua oferta de 1998 a 2012, a seção a seguir apresenta uma análise desses dados e algumas hipóteses que consideramos importantes destacar para ajudar a entender a evolução do ensino de métodos nos programas de pós-graduação na Ciência Política brasileira.

5 - DISCUSSÃO: O ‘CALCANHAR METODOLÓGICO’ E A PÓS-GRADUAÇÃO

Nossa análise sistemática com dados sobre as disciplinas dedicadas à formação metodológica dos cientistas políticos brasileiros mostra que houve avanços significativos ao longo das últimas décadas. É evidente que existe uma tradição mais

forte no ensino de métodos nos programas mais antigos. Por exemplo, o IUPERJ/UCAM e a UFMG, ambas instituições de destaque quando se observa a evolução da oferta de disciplinas metodológicas, são as instituições em que lecionavam Gláucio Soares e Fábio Wanderley Reis, respectivamente, dois dos cientistas políticos pioneiros em questionar a qualidade da utilização de métodos em Ciência Política no Brasil.

Ao longo do tempo, houve uma transformação significativa do cenário geral, tendo sido criadas e oferecidas dezenas de disciplinas metodológicas em muitos departamentos, desde as mais “gerais”, com objetivos amplos, até as mais específicas, voltadas a técnicas como análise de redes, análise multinível e métodos históricos. IUPERJ/UCAM e UFMG continuaram se destacando – o primeiro até 2009, quando seus professores migraram para a UERJ, e o segundo de forma crescente em todo o período.

Entretanto, observa-se que a extensa maioria das disciplinas metodológicas, considerando todos os programas, possui ementas “genéricas” ou são dedicadas a técnicas quantitativas – é notória a pequena proporção de disciplinas voltadas ao treinamento em técnicas qualitativas, a despeito de sua importância e da amplitude de sua utilização na produção científica nacional, conforme aponta a literatura (Soares 2005). Mais que isso, todos os programas de pós-graduação criados na década de 2000 oferecem uma formação de caráter introdutório de métodos quantitativos no âmbito dos cursos de pós-graduação: disciplinas voltadas a modelos formais ou técnicas qualitativas estão disponíveis somente em programas mais antigos, localizados na região Sudeste – com a exceção da UFPE, que também oferece disciplinas nessa área. Nesse caso, a hipótese identificada é de um processo endógeno de institucionalização: os programas começam com menos docentes e discentes, bem como grades curriculares mais restritas, com disciplinas que cobrem ao mesmo tempo vários métodos e técnicas de pesquisa, ou que são voltadas a técnicas quantitativas apoiadas em estatística. Com o tempo, os programas tendem a crescer em número de docentes e discentes e tornam-se mais institucionalizados, tornando-se mais provável uma oferta de disciplinas diferenciadas¹⁹.

Cabe destacar também que os programas de pós-graduação tendem a concentrar a oferta de disciplinas metodológicas em torno de um ou dois docentes, ali considerados os “metodólogos”. No levantamento de ementas, encontramos algumas ocorrências que sugerem esse tipo de situação, com docentes recorrentes em

19 Analisamos se o conceito atribuído pela CAPES, que classifica os programas como regulares (3), bons (4), muito bons (5), ou excelentes (6 e 7) tinha relação com o número de disciplinas oferecidas. Entretanto, não se observou qualquer significância na correlação entre a nota do programa e o tipo de oferecimento de disciplinas. A atribuição de conceitos é fundamentada em critérios como tamanho do corpo docente e discente, número de títulos conferidos por ano e produção científica docente e discente.

determinadas disciplinas e não em outras. Essa situação também tende a gerar uma restrição da oferta de disciplinas metodológicas, na medida em que ela é limitada à capacidade de um número muito reduzido de docentes de oferecer mais que um ou dois cursos por ano ou semestre letivo.

Talvez como consequência do processo de institucionalização dos programas mais tradicionais, também se observa a ocorrência de “escolas” de métodos, ou pelo menos grupos que oferecem determinado tipo de formação de forma muito recorrente no tempo, indicando a existência de um projeto continuado de desenvolvimento de uma linha de pesquisa. É, claramente, o caso do IUPERJ/UCAM e de sua herdeira UERJ nos laboratórios de estudos eleitorais: em todos os anos eleitorais, de 1998 a 2012, foram oferecidas disciplinas do tipo “laboratório” para análise de dados empíricos com uso de métodos e técnicas de pesquisa trabalhados nessas disciplinas. Também é digno de destaque o interesse da UFPE e da USP pelo ensino de teoria dos jogos e métodos formais para a análise de estratégias individuais. O ensino de métodos e técnicas aplicados à política comparada também é praticamente um domínio de IUPERJ/UCAM e USP, com recente participação da UFPE – essas foram as únicas instituições a oferecerem disciplinas específicas para o ensino desse tipo de conteúdo. Ademais, também se observa uma oferta restrita de outros tipos de disciplinas, tais como as disciplinas que tratavam de metodologia e técnicas de estudo de caso e análise de redes sociais, assim como seminários sobre técnicas para elaboração de artigos – algo tido como essencial para a viabilização de uma maior exposição nacional e internacional dos trabalhos de discentes. Nesse conjunto, figuram os programas mais antigos e institucionalizados, com corpos docentes maiores, corroborando a hipótese de endogenia: programas maiores e mais institucionalizados possuem maior número de docentes, com formação mais diversificada, o que resulta no oferecimento de disciplinas mais diversificadas, enquanto programas menores (que possuem menor quadro docente) concentram-se em, inicialmente, oferecer uma formação considerada mais “básica”, concentrada na oferta de disciplinas quantitativas.

Ao final do período analisado, que só inclui dados até 2012, o conjunto de disciplinas de metodologia e técnicas de pesquisa oferecidas pelos programas de pós-graduação em Ciência Política no Brasil é mais diverso do que se poderia pensar se tomássemos por base unicamente os argumentos da literatura nacional revisitada.²⁰ Assim, quando se fala num “calcanhar metodológico” da formação em métodos de pesquisa, talvez seja preciso dupla cautela, no sentido de observar a oferta de disciplinas no período mais recente, e verificar como o país se enquadra

²⁰ Uma futura tarefa será atualizar esta análise após a divulgação dos resultados do próximo triênio de avaliação pela CAPES.

no contexto mundial contemporâneo da Ciência Política.

O trabalho desenvolvido por Barberia *et al.* (2014) aponta para a constatação de que a situação brasileira não destoava significativamente da observada nos Estados Unidos, Europa e Oceania (Bennett *et al.* 2003; Parker 2010; Thies e Hogan 2005): a oferta de disciplinas de métodos e técnicas de pesquisa também é baixa, volátil e pouco diversificada nesses países, com grande concentração de disciplinas em métodos quantitativos em comparação com outras metodologias de pesquisa, e deficiências substantivas no ensino de métodos na graduação. O quadro geral revela o espaço existente para o avanço no ensino de métodos de pesquisa nos países desenvolvidos – tanto a sua expansão desde o nível da graduação, como a diversificação dos conteúdos apresentados (quantitativos, qualitativos, modelos formais, dentre outros).

Já a situação da América Latina, conforme apontado anteriormente no presente trabalho, também não apresenta diferenças significativas em comparação ao caso brasileiro. De acordo com a literatura analisada (Aaltman 2005, 2012; Fuentes e Santana 2005; Leiras *et al.* 2005, 2015; Loeza 2005; Neto e Santos 2005), a Ciência Política se encontra em fase de profissionalização em grande parte dos países latino-americanos, talvez à exceção de Argentina, Brasil e México, nos quais já se verifica algum avanço no sentido da autonomização e profissionalização do campo. A conclusão geral à qual chegam esses autores é a de que há espaço para avanços significativos em todos os países da região, no sentido de alcançar padrões mais elevados de produção científica.

É preciso reconhecer os principais problemas – ou oportunidades – para o prosseguimento desta pesquisa. Pontuando, falou-se no fato de que programas mais institucionalizados possuem grades curriculares mais diversificadas, mas não se falou na formação dos docentes em métodos e técnicas de pesquisa, aspecto que tem efeitos diretos sobre os cursos que ministram. Também não se falou nas técnicas pedagógicas empregadas pelos docentes, o que requer pesquisa qualitativa junto a cada programa, e representa um aspecto de grande importância – a literatura internacional recente²¹ reconhece que a rejeição prévia dos alunos à matemática e à estatística é um importantíssimo fator de fracasso no ensino de métodos quantitativos, motivo pelo qual é necessário inovar no ensino e superar o modelo de aula expositiva, propondo outros tipos de técnicas pedagógicas²². Como se pode esperar, as dificuldades vivenciadas no momento do ensino têm relação direta também com o

21 Para mais informações, ver Thies e Hogan (2005), Adeney e Carey (2009), Parker (2010) e Ryan *et al.* (2013).

22 Sobre o ensino de métodos quantitativos baseado em atividades na ciência política no Brasil, ver Barberia *et al.*, (2014). O argumento desse trabalho, em consonância com a literatura (especialmente Mazur, 1997), é de que o processo de ensino-aprendizagem é beneficiado quando se substitui o modelo de aula expositiva por formas que privilegiem a participação ativa do aluno.

uso que se faz dos métodos quando os alunos se tornam pesquisadores autônomos.

Além disso, convém observar que, independentemente da (falsa) dicotomia entre métodos quantitativos e qualitativos e sua oferta formal por meio de disciplinas regulares nos cursos de pós-graduação, o grande objetivo da formação em métodos de pesquisa é dar condições aos futuros pesquisadores para fazerem perguntas que façam sentido e desenvolvam explicações com boa fundamentação teórica, encadeamento lógico e coerência – algo que a literatura já aponta como o grande “calcanhar” da disciplina. Nesse sentido, também é essencial entender como os programas de pós-graduação – e, por que não, os programas de graduação em Ciência Política e Ciências Sociais – têm preparado seus alunos a estabelecerem boas perguntas e planejarem as melhores estratégias para respondê-las, com a justificada adoção de técnicas quantitativas, qualitativas ou abordagens mistas.

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, procuramos demonstrar que a oferta de disciplinas metodológicas é diversificada e abrange a totalidade dos programas de pós-graduação em Ciência Política no Brasil. O grau de institucionalização é um fator determinante para a oferta de disciplinas de métodos. Programas mais institucionalizados apresentam altos índices relativos de oferta de disciplinas metodológicas, enquanto outros (em geral, os programas mais novos e menores) oferecem menos disciplinas. Porém, se comparados com congêneres norte-americanos e europeus, essa oferta ainda é incipiente.

Os dados e informações coletados permitirem fornecer um panorama geral, porém claramente indicam a continuidade de investigações sobre o ensino de métodos na ciência política brasileira. Futuros estudos devem investigar a construção do programa pedagógico dos cursos e a oferta de disciplinas desses programas, recorrendo diretamente aos docentes e secretarias de pós-graduação, por meio de entrevistas e coleta de documentos adicionais não disponíveis até a submissão do presente trabalho. Neste artigo a análise das ementas restringiu-se à leitura do material enviado à CAPES pelos programas, mas o desdobramento desta pesquisa requer uma análise mais aprofundada dessas disciplinas, abrangendo os tópicos abordados, as técnicas pedagógicas empregadas e as formas de avaliação utilizadas pelos docentes.

Para dar continuidade aos pontos levantados pelo Soares (2005), futuras pesquisas devem analisar a produção científica de docentes e discentes egressos desses programas de pós-graduação com a oferta de disciplinas metodológicas e avaliar se existe correlação significativa entre maior oferta e o uso de métodos na

produção científica. Uma discussão aprofundada e sistemática sobre a relação entre ensino de métodos e técnicas e suas deficiências precisa se dedicar a também avaliar a utilização dos mesmos métodos em pesquisas produzidas pelos discentes destes programas. Como destacamos neste artigo, a oferta de disciplinas depende do quadro de docentes e traçar seu perfil de formação é algo que pode ajudar a esclarecer as barreiras que impedem um crescimento maior de disciplinas nos programas de pós-graduação do país.

Análises sistemáticas tem demonstrado que a adoção de técnicas pedagógicas específicas para o ensino de métodos e técnicas de pesquisa influenciam de forma significativa a capacitação dos alunos. Estudos futuros podem investigar os impactos da inovação no ensino de métodos na produção científica da área. Tais estudos também poderiam incluir o ensino de métodos e técnicas de pesquisa em cursos de graduação identificando problemas e desafios, na medida em que as deficiências não superadas na graduação persistem quando os alunos ingressam na pós-graduação.

Visando melhor contextualizar o ensino de métodos e técnicas de pesquisa em Ciência Política no Brasil, seria importante desenvolver estudos comparativos com outros países. Faz-se necessário também examinar as diferenças comparando os programas líderes brasileiros com os líderes de outros países. O mapeamento do ensino de métodos e técnicas de pesquisa em nível nacional, regional e internacional é imprescindível para verificarmos o estado da arte do ensino e sinalizar potenciais mudanças a ser empreendidas nos programas, como no sistemas de avaliação da pós-graduação do Brasil.

- ADENEY, Katharine e CAREY, Sean. 2009. Contextualising the teaching of statistics in Political Science. *Politics*, vol. 29(3), pp.155-230.
- ALTMAN, David. 2005. La institucionalización de la ciencia política en Chile y América Latina: una mirada desde el sur. *Revista de Ciencia Política*, vol. 25, n° 1, pp. 3-15.
- _____. 2012). Where is knowledge generated? On the productivity and impact of political science departments in Latin America. *European Political Science*, vol. 11, pp. 71-87.
- BARBERIA, Lorena et al. 2014. Inovação no ensino de métodos quantitativos em Ciência Política: Aplicação de modelo baseado em atividade”. *Revista Agenda Política*, vol. 2, n. 2. Disponível em: <<http://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/48/45>> Acesso em 12 mar 2015.
- BENNETT, Andrew, Aharon BARTH, Kenneth R. RUTHERFORD. 2003. Do We Preach What We Practice? A Survey of Methods in Political Science Journals and Curricula. *PS: Political Science and Politics*, vol. 36, pp. 381-386.
- CAPEL. FUNDAÇÃO COORDENADORIA DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. 2015. *Cadernos de Indicadores*. [online] Disponível <<http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/CadernoAvaliacaoServlet>> 12 mar 2015.
- D’ALESSANDRO, Martín et al. 2015. La Ciencia Política en Argentina 2005-2014 - El Camino de la Consolidación Dentro y Fuera de las Aulas Universitarias. *Revista de Ciencia Política*, vol. 35, n° 1, pp. 3-17.
- FORJAZ, Maria Cecília Spina. 1997. A emergência da Ciência Política no Brasil: Aspectos institucionais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* [online], vol. 12, n° 35. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69091997000300007&script=sci_arttext>.
- FUENTES, Claudio & SANTANA, Graciela. 2005. El ‘boom’ de la ciencia política en Chile - Escuelas, mercado e tendencias. *Revista de Ciencia Política*, vol. 25, n° 1, pp. 16-39.
- KEINERT, Fábio Cardoso & SILVA, Dimitri Pinheiro. 2010. A gênese da Ciência Política brasileira. *Tempo Social*, vol. 22, n°1, pp. 79-98.
- LEIRAS, Marcelo et al. 2005. La ciencia política en Argentina - El camino de la institucionalización dentro y fuera de las aulas universitarias. *Revista de Ciencia Política*, vol. 25, n° 1, pp. 76-91.
- LOAEZA, Soledad. 2005. La ciencia política: El pulso del cambio mexicano. *Revista de Ciencia Política*, vol. 25, n° 1, pp. 192-203.
- MAZUR, Eric. 1997. *Peer instruction: A user’s manual*. New Jersey. Prentice Hall.

- NETO, Octavio Amorim & SANTOS, Fabiano. 2005. La ciencia política en Brasil - El desafío de la expansión. *Revista de Ciencia Política*, vol. 25, n° 1, pp. 101-110.
- PARKER, Jonathan. 2010. Undergraduate Research-Methods training in Political Science: A comparative Perspective. *PS: Political Science & Politics*, Vol.43 (1), pp. 121-125.
- REIS, Fábio Wanderley. 1996. Avaliação das Ciências Sociais. In: Schwartzman, Simon (coord.). *Ciência e Tecnologia no Brasil: A capacitação brasileira para a pesquisa científica e tecnológica*. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, pp. 93-122.
- RYAN, Matt et al. 2013. Improving Research Methods Teaching and Learning in Politics and International Relations: A “Reality Show” Approach. *Politics*, Vol. 34 (1), pp. 85–97.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon. 2005. O calcanhar metodológico da Ciência Política no Brasil. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n° 48, pp. 27-52.
- THIES, Cameron G. & HOGAN, Robert E. 2005. “The state of undergraduate research methods training in Political Science. *PS: Political Science & Politics*, pp. 1-5.

Oferta anual total de disciplinas pelos programas de pós-graduação em Ciência Política, 1998 a 2012

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
IUPERJ/UCAM	19	17	14	17	15	24	21	22	22	23	27	24	-	14	13
UFF	12	6	9	11	12	13	12	12	13	11	7	17	16	18	13
UFMG	12	9	7	8	9	10	9	6	13	11	7	8	8	7	7
UFPE	19	16	24	16	15	19	17	16	19	15	14	15	19	16	17
UFRGS	9	9	16	17	15	14	12	13	15	16	18	19	16	20	17
UNB	13	16	17	21	13	16	15	14	12	13	19	17	10	17	13
UNICAMP	7	16	12	13	15	12	17	17	22	18	20	10	15	16	15
USP	8	12	14	17	15	15	15	17	17	15	22	22	18	18	28
FUFPI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	7	9	8	8
UFPA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14	13	14	15	14
UFSCAR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13	17	22	20	22
UFPR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11	15	14	14
UERJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	22	18
UFPEL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	10
UFG	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8
MÉDIA	12,38	12,63	14,13	15,00	13,63	15,38	14,75	14,63	16,63	15,25	15,27	15,00	14,33	15,21	14,47

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da CAPES (2015).

Oferta anual de disciplinas metodológicas pelos programas de pós-graduação em Ciência Política, 1998 a 2012

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
IUPERJ/UCAM	5	2	4	2	2	4	3	3	4	3	5	4	-	2	2
UFF	2	1	1	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
UFMG	1	1	1	1	2	1	1	1	3	2	2	2	2	2	2
UFPE	2	2	3	3	2	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
UFRGS	1	1	0	1	2	1	0	0	1	1	2	3	2	2	1
UNB	1	1	1	2	1	1	1	1	1	1	2	2	1	2	1
UNICAMP	0	1	1	1	1	1	1	1	2	1	1	1	1	1	1
USP	0	1	1	2	1	2	1	1	2	2	4	1	2	2	4
FUFPI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1
UFPA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2	2	1	1
UFSCAR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2	2	1	1
UFPR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1
UERJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	5	3
UFPEL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
UFG	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
MÉDIA	1,50	1,25	1,50	1,75	1,50	1,88	1,50	1,50	2,25	1,88	2,36	2,00	1,75	1,86	1,67

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da CAPES (2015).

Oferta relativa anual de disciplinas metodológicas pelos programas de pós-graduação em
Ciência Política, 1998 a 2012

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
IUPERJ/UCAM	26%	12%	29%	12%	13%	17%	14%	14%	18%	13%	19%	17%	-	14%	15%
UFF	17%	17%	11%	18%	8%	8%	8%	8%	8%	9%	14%	6%	6%	6%	8%
UFMG	8%	11%	14%	13%	22%	10%	11%	17%	23%	18%	29%	25%	25%	29%	29%
UFPE	11%	13%	13%	19%	13%	21%	24%	25%	21%	27%	29%	27%	21%	25%	24%
UFRGS	11%	11%	0%	6%	13%	7%	0%	0%	7%	6%	11%	16%	13%	10%	6%
UNB	8%	6%	6%	10%	8%	6%	7%	7%	8%	8%	11%	12%	10%	12%	8%
UNICAMP	0%	6%	8%	8%	7%	8%	6%	6%	9%	6%	5%	10%	7%	6%	7%
USP	0%	8%	7%	12%	7%	13%	7%	6%	12%	13%	18%	5%	11%	11%	14%
FUFPI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14%	14%	11%	13%	13%
UFPA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14%	15%	14%	7%	7%
UFSCAR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15%	12%	9%	5%	5%
UFPR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9%	7%	7%	7%
UERJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20%	23%	17%
UFPEL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13%	10%
UFG	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13%
MÉDIA	10%	10%	11%	12%	11%	11%	10%	10%	13%	12%	16%	14%	13%	13%	12%

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da CAPES (2015).